

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled '2' at the top, '14' below it, and several scribbled signatures and initials.

Relatório de Execução Orçamental

AdTA - Águas do Tejo Atlântico

2º trimestre 2019

Índice do relatório

1. Demonstração de Resultados

2. Indicadores Económico-Financeiros

3. Indicadores Comerciais

4. Investimentos

5. Eficiência Operacional

ANEXO

Fichas individuais de acompanhamento do investimento

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Demonstração de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	
Venda de subproduto	mEur	7	7	-	-	14	16	0 ▲
Prestação de Serviços: Saneamento	mEur	20 796	20 787	-	-	41 583	41 143	41 608 ▼
Rend. Construção (IFRIC 12)	mEur	2 511	4 637	-	-	7 148	3 162	16 443 ▼
Desvio de recuperação de gastos	mEur	-4 096	-4 472	-	-	-8 568	-12 864	-3 863 ▼
Volume de Negócios	mEur	19 218	20 959	-	-	40 177	31 456	54 188 ▼
Custo das vendas/variação inventários	mEur	- 717	- 619	-	-	-1 336	-1 132	-1 375 ▲
Serviços de Construção (IFRIC 12)	mEur	-2 511	-4 637	-	-	-7 148	-3 162	-15 955 ▲
Margem Bruta	mEur	15 990	15 703	-	-	31 693	27 162	36 857 ▼
Fornecimentos e serviços externos	mEur	-5 888	-6 569	-	-	-12 457	-12 154	-14 182 ▲
Gastos com pessoal	mEur	-2 769	-2 498	-	-	-5 267	-5 304	-6 576 ▲
Amortizações	mEur	-4 946	-4 947	-	-	-9 893	-9 910	-10 196 ▲
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	mEur	0	0	-	-	0	16	0 =
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mEur	- 236	- 159	-	-	- 395	- 335	- 346 ▼
Subsídios ao Investimento	mEur	1 187	1 187	-	-	2 374	2 373	2 361 ▲
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mEur	123	260	-	-	383	197	118 ▲
Resultados Operacionais	mEur	3 461	2 977	-	-	6 438	2 045	8 037 ▼
Gastos Financeiros	mEur	-1 994	-1 991	-	-	-3 985	-4 114	-4 171 ▲
Rendimentos Financeiros	mEur	212	237	-	-	449	604	517 ▼
Resultados Financeiros	mEur	-1 782	-1 755	-	-	-3 537	-3 509	-3 654 ▲
Resultados Antes de imposto	mEur	1 679	1 222	-	-	2 901	-1 464	4 383 ▼
Imposto sobre o Rendimento	mEur	- 415	- 183	-	-	- 598	1 050	-1 436 ▲
Resultado Líquido do Exercício	mEur	1 264	1 039	-	-	2 303	- 414	2 946 ▼

Indicadores de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes (ajustado) ¹	mEur	7 557	7 449	-	-	15 006	14 910	11 900
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation (ajustado) ¹	mEur	11 315	11 209	-	-	22 524	22 431	19 735
Margem EBITDA (ajustado) ¹	%	43,7%	37,8%	-	-	40,6%	54,5%	33,6%
Gastos Operacionais/EBITDA (ajustado) ¹	%	128,6%	132,0%	-	-	130%	128,6%	165,6%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

INTRODUÇÃO

Os valores de orçamento apresentados correspondem à estimativa para o período em análise - 2º trimestre de 2019, constantes do Plano de Atividades e Orçamento (PAO), para o triénio 2019-2021, submetido a aprovação da Tutela em outubro de 2018.

O Ministério das Finanças, através da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), solicitou à Tejo Atlântico, no dia 25 de Março de 2019, informações adicionais no sentido de poder concluir a sua análise ao Plano de Atividades e Orçamento para 2019.

RESULTADO LÍQUIDO (RL)

2,3 ME

O Resultado Líquido a junho ascende a 2,3 milhões de euros, correspondendo à remuneração garantida do capital investido, apurada com base na variação média da taxa OT no período, acrescida do prémio de risco.

Comparativamente ao previsto no PAO a junho apura-se um RL inferior devido ao facto da taxa das obrigações do tesouro a 10 anos ser menor em 2019 do que a prevista em orçamento, 1,23% versus 2,20% respetivamente.

Apresenta-se no quadro seguinte o detalhe comparativo do apuramento da remuneração acionista no período e no orçamento.

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.º Trimestre 2019

RESULTADO LÍQUIDO (continuação)

Remuneração acionista 2T2019		Real	PAO
Capital Social	mEur	113 528	113 528
Reserva Legal até aprovação aplicação resultados 2018	mEur	344	344
Reserva Legal após aprovação aplicação resultados 2018	mEur	619	617
Capital a remunerar	mEur	114 147	114 145
Taxa de remuneração do capital acionista (OT +Prémio risco)	%	4,23%	5,20%
Remuneração	mEur	2 391	2 946

EFICIÊNCIA PRODUTIVA

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, a Tejo Atlântico deve submeter anualmente à aprovação do Regulador, o DRG gerado pelas operações, cujos gastos devem corresponder ao cenário de eficiência produtiva.

A eficiência é previamente estabelecida pela ERSAR, mediante a definição de métricas associadas a diversas naturezas de gastos.

No que respeita à eficiência produtiva de 2018, em que a Tejo Atlântico submeteu à aprovação da ERSAR o desvio de recuperação de gastos superavitário de 14,10 milhões de euros, foi obtida decisão no sentido de ser considerada a correção de 119 mil euros aos gastos com pessoal, donde resulta um desvio de 14,22 milhões de euros no ano. Esta decisão, apesar de contestada pela Tejo Atlântico junto do Regulador, foi reconhecida no trimestre, passando a influenciar o RL, que devido ao efeito da correção ao desvio de 2018, deixa de corresponder ao valor exato da remuneração acionista do período.

Considerando que a diferença entre o resultado líquido gerado pelas operações e o valor a que a Tejo Atlântico tem direito em termos contratuais, acrescido da correção ao desvio do ano anterior, corresponde ao desvio de recuperação de gastos (DRG), acrescido do reconhecimento dos respetivos impostos diferidos, tem-se a junho um RL sem desvio de 8,7 milhões de euros e um DRG superavitário de 8,6 milhões de euros, conforme se demonstra no quadro infra.

Desvio de Recuperação de Gastos 2T2019		Real	PAO
Resultado Líquido sem desvio	mEur	8 669	5 782
Correção do desvio de 2018	mEur	89	0
Remuneração Acionista	mEur	2 391	2 946
Desvio de Recuperação de Gastos Líquido	mEur	6 366	2 836
Taxa de imposto	%	25,7%	26,6%
Desvio de Recuperação de Gastos Bruto	mEur	8 568	3 863

Comparativamente ao orçamento a variação do DRG é significativa e tem subjacente o registo de menos gastos em 2019, a variação em baixa da taxa de remuneração acionista e a redução da taxa de derrama, por via do efeito dos impostos diferidos.

VOLUME DE NEGÓCIOS (VN)

40,2 M€

A Prestação de Serviços registada iguala praticamente o valor orçamentado. A determinação dos rendimentos tarifários da concessão contribui para o alinhamento de valores, sendo o desvio essencialmente resultante da atividade faturada com base em medição de caudal, tais como o transporte e o serviço de tratamento prestado a utilizadores privados.

No que respeita ao rédito (IFRIC12), a variação face ao orçamento é inerente à variação do investimento realizado. Como este teve um aumento significativo na previsão do semestre sem acompanhamento no concretizado, tem-se um efeito de redução no VN efetivo do semestre.

Adicionalmente, a variação do VN apresenta ainda o efeito da variação do DRG, conforme explicitado no ponto anterior.

GASTOS OPERACIONAIS

28,0 M€

Os Gastos Operacionais sem o efeito da IFRIC12, ascendem a 28,0 milhões de euros, evidenciando apenas 11% a menos de desvio face ao valor orçamentado.

As amortizações, os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e os Gastos com Pessoal são os gastos que contribuem mais significativamente para a formação dos GO.

Os FSE têm uma realização de 12,5 milhões de euros, 12% menores que o orçamentado.

Os Gastos com Pessoal ascendem a 5,3 milhões de euros, apresentando uma realização 20% abaixo do orçamentado. Para esta situação contribuiu o facto de existirem menos colaboradores do que o previsto em orçamento. No semestre foram capitalizados serviços internos das áreas técnicas associadas à realização de investimentos no valor de 0,5 milhões de euros.

SUBSÍDIO AO INVESTIMENTO

2,3 M€

O subsídio ao investimento reconhecido no exercício está conforme com o montante orçamentado.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

0,4 M€

Os valores mais significativos respeitam a subsídios obtidos no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento, venda de energia e ganhos em sinistros.

RESULTADO FINANCEIRO

(3,5) M€

O resultado financeiro é negativo em 3,5 milhões de euros. Para a sua formação contribuíram 0,4 milhões de euros de ganhos e 3,9 milhões de gastos, na sua maioria decorrentes de juros de empréstimos BEI.

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

2.º Trimestre 2019

Demonstração da Posição Financeira		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	Orçam.
Ativos não correntes	mEur	538 868	534 835	-	-	534 835	552 470	553 672 ▼
Ativo intangível	mEur	454 589	454 965	-	-	454 965	459 316	460 608 ▼
Ativo fixo tangível	mEur	200	184	-	-	184	178	926 ▼
Desvios de recuperação gastos	mEur	22 782	18 310	-	-	18 310	28 111	26 083 ▼
Fundo reconstituição capital	mEur	8 448	8 449	-	-	8 449	8 446	8 446 ▲
Impostos diferidos ativos	mEur	52 849	52 927	-	-	52 927	54 722	55 913 ▼
Clientes e outros ativos não correntes	mEur	0	0	-	-	0	1 696	1 696 ▼
Ativos correntes	mEur	111 713	106 340	-	-	106 340	96 473	98 043 ▲
Clientes	mEur	19 929	19 436	-	-	19 436	23 990	21 293 ▼
Disponibilidades	mEur	50 757	37 627	-	-	37 627	9 210	18 119 ▲
Outros ativos correntes	mEur	41 027	49 278	-	-	49 278	63 273	58 630 ▼
Total do Ativo	mEur	650 581	641 175	-	-	641 175	648 943	651 715 ▼
Capital Social	mEur	113 528	113 528	-	-	113 528	113 528	113 528 =
Ações próprias	mEur	- 2 521	- 2 521	-	-	- 2 521	- 6 458	- 2 521 =
Reservas e outros ajustamentos	mEur	344	619	-	-	619	344	617 ▲
Resultados transitados	mEur	5 880	0	-	-	0	372	102 ▼
Resultado líquido	mEur	1 264	2 303	-	-	2 303	- 414	2 946 ▼
Total do Capital Próprio	mEur	118 494	113 928	-	-	113 928	107 371	114 671 ▼
Passivos não Correntes	mEur	504 042	499 852	-	-	499 852	514 414	499 874 ▼
Financiamentos obtidos	mEur	220 664	217 333	-	-	217 333	226 653	219 359 ▼
Subsídios ao investimento	mEur	133 778	132 594	-	-	132 594	136 936	132 245 ▲
Acrés. Custos Investim. Contratual	mEur	126 245	127 269	-	-	127 269	124 501	122 221 ▲
Outros passivos não correntes	mEur	23 356	22 655	-	-	22 655	26 324	26 049 ▼
Passivos Correntes	mEur	28 046	27 395	-	-	27 395	27 159	37 170 ▼
Financiamentos obtidos	mEur	9 218	9 417	-	-	9 417	8 796	8 252 ▲
Outros passivos correntes	mEur	18 828	17 978	-	-	17 978	18 363	28 917 ▼
Total do Passivo	mEur	532 088	527 247	-	-	527 247	541 572	537 043 ▼
Total do Passivo e do Capital Próprio	mEur	650 581	641 175	-	-	641 175	648 943	651 715 ▼

Indicadores da Posição Financeira		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	Orçam.
Capital Empregue ¹	mEur	413 126	409 949	-	-	409 949	402 015	400 304
Autonomia Financeira	%	18%	18%	-	-	18%	17%	18%
Liquidez Geral	n.º	4,0	3,9	-	-	3,9	3,6	2,6
Solvabilidade	n.º	0,2	0,2	-	-	0,2	0,2	0,2
Fundo de Maneio	mEur	83 667	78 945	-	-	78 945	69 315	60 874
ROCE - Rentabilidade do Capital Empregue ¹	%	1,8%	3,7%	-	-	3,7%	3,7%	3,0%
ROE - Rentabilidade do Capital Próprio	%	1,1%	2,0%	-	-	2,0%	-0,4%	2,6%
ROA - Rentabilidade dos Ativos	%	0,2%	0,4%	-	-	0,4%	-0,1%	0,5%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

POSIÇÃO FINANCEIRA

O Ativo total atingiu os 641,2 milhões de euros, representando o ativo intangível líquido um total de 454,9 milhões de euros.

O desvio de recuperação de gastos acumulado é de 18,3 milhões de euros, traduzindo na sua evolução uma redução de 30% para o orçamentado.

A dívida de Clientes ascende a 19 milhões de euros dos quais 18,4 milhões de euros são relativos a clientes municipais. A melhoria para o orçamentado resulta essencialmente da antecipação do recebimento do Acordo de pagamento celebrado com a Nazaré. O Município antecipou o pagamento de 2,3 milhões de euros, na sequência do recebimento do Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Parte deste acordo estava registado em dívida não corrente, o que também justifica a variação face ao orçamentado nesta rubrica.

Os outros ativos correntes no total de 49 milhões de euros são compostos maioritariamente por empréstimos concedidos (46 milhões de euros), por Devedores Diversos e Devedores por Acréscimos de Rendimentos (juros).

No capital próprio foi reconhecida a aplicação de resultados de 2018, aprovada em Assembleia Geral de abril de 2019, em que o pagamento de dividendos incluiu os valores relativos a ações próprias de 2017 e de 2018, na proporção da percentagem de detenção de capital de cada acionista.

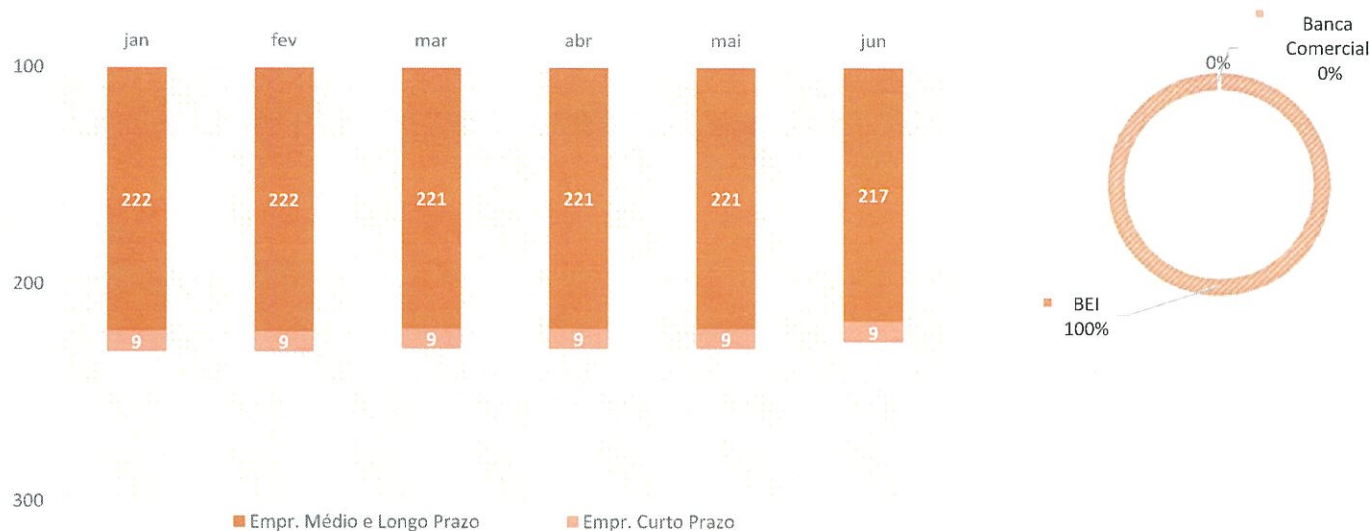
2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	Orçam.
Empréstimos	mEur	229 882	226 750	-	-	226 750	235 449	227 611
Médio e Longo Prazo	mEur	220 664	217 333	-	-	217 333	226 653	219 359
BEI	mEur	221 970	217 333	-	-	217 333	228 032	219 359
Ajust. para o custo amortizado	mEur	-1 306	-1 282	-	-	-1 282	-1 379	0
Curto Prazo	mEur	9 218	9 417	-	-	9 417	8 796	8 252
BEI	mEur	9 218	9 417	-	-	9 417	8 796	8 252

Indicadores de Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	Orçam.
Dívida Financeira	mEur	229 882	226 750	-	-	226 750	235 449	227 611
Debt to equity	%	194%	199%	-	-	199%	219%	198%
Net Debt - Endividamento líquido¹	mEur	133 676	134 674	-	-	134 674	157 793	146 046
Net Debt to EBITDA¹	n.º	3,0	3,0	-	-	3,0	3,5	3,7
PMR - Prazo Médio de Recebimentos	dias	63	61	-	-	61	69	96
PMP - Prazo Médio de Pagamentos	dias	57	57	-	-	57	60	60

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

Endividamento MEur



DÍVIDA FINANCEIRA

226,8 ME

O Endividamento é integralmente suportado por financiamento do BEI. No segundo trimestre foram amortizados 3,4 milhões de euros de dívida.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

134,7 ME

A formação do Endividamento Líquido engloba o valor dos empréstimos e o conjunto de disponibilidades existentes, onde se inclui o empréstimo concedido à Holding, que a junho tem um total de 46,0 milhões de euros.

No orçamento foi estimado um empréstimo à Holding de 55 milhões de euros.

A variação positiva pela redução do indicador Net Debt para o orçamentado, resulta essencialmente do nível de disponibilidades efetivas ser superior às previstas.

O prazo médio de recebimentos (PMR) está a contribuir para esta situação, dado estimar um período substancialmente mais alargado do que o verificado no real, para a concretização dos recebimentos.

3. INDICADORES COMERCIAIS

Atividade Comercial		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	Orçam.
Volume de atividade (faturado)	Mm³	45,5	45,5	-	-	91,1	91,4	90,9
Volume de atividade - saneamento	Mm³	45,5	45,5	-	-	91,1	91,4	90,9
Volume de Negócios¹	mEur	20 803	20 794	-	-	41 597	41 159	41 608
Volume negócios - saneamento	mEur	20 803	20 794	-	-	41 597	41 159	41 608
Dividas de Utilizadores								
Dívida total ²	mEur	18 999	18 478	-	-	18 478	28 201	22 989
Dívida vencida total	mEur	4 333	5 567	-	-	5 567	9 704	0
Acordos de pagamento ³	mEur	1 687	1 618	-	-	1 618	2 530	n.d.
Injunções	mEur	1 838	1 838	-	-	1 838	3 684	n.d.

¹ Não inclui o efeito do Desvio de recuperação de gastos nem os Rendimentos de Construção.

² Corresponde à dívida líquida.

³ Inclui acordos da ex-AdO que no processo de cisão da AdLVT permaneceram sob sua gestão, devido ao facto de abrangerem as atividades de abastecimento e de saneamento.

Faturação		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	Orçam.
Total de efluentes faturados Municípios	mm³	45 376	45 404	-	-	90 780	91 247	90 808
Sistema da Grande Lisboa	mm³	39 954	39 958	-	-	79 912	80 341	79 958
Sistema do Oeste	mm³	5 422	5 446	-	-	10 868	10 906	10 850
Total de efluentes faturados Outros	mm³	160	114	-	-	274	171	120
TOTAL	mm³	45 536	45 519	-	-	91 054	91 418	90 927

Dívidas de Utilizadores *	mEur	2019						
		Div. Total	Div. Vencida	Div. Corrente	Div. Acordos	Div. Injunções	Div. Juros	Div. Outros
Dívida Total	mEur	18 375	5 500	9 038	1 618	1 838	381	0

* Dívida respeitante a Municípios

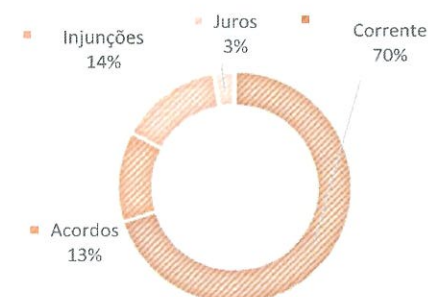
DÍVIDA DE CLIENTES MUNICIPAIS

18,4 M€

A dívida total dos utilizadores municipais ascende a 18,4 milhões de euros, dos quais 5,5 milhões de euros são dívida vencida.

Na dívida vencida o valor mais significativo respeita ao Município de Torres Vedras, num total de 3,8 milhões de euros. A resolução desta dívida passa pela concretização do acordo de transação celebrado com o Município em finais de 2018, e aditado no início de 2019, cuja eficácia aguarda homologação por sentença transitada em julgado. Nos termos do acordo, os processos judiciais inerentes á injunção de 1,8 milhões de euros serão anulados.

O restante da dívida vencida é composto por dívidas pontuais e sem relevância, pois os clientes pagam sem atrasos significativos.



ATIVIDADE

91,1 Mm³

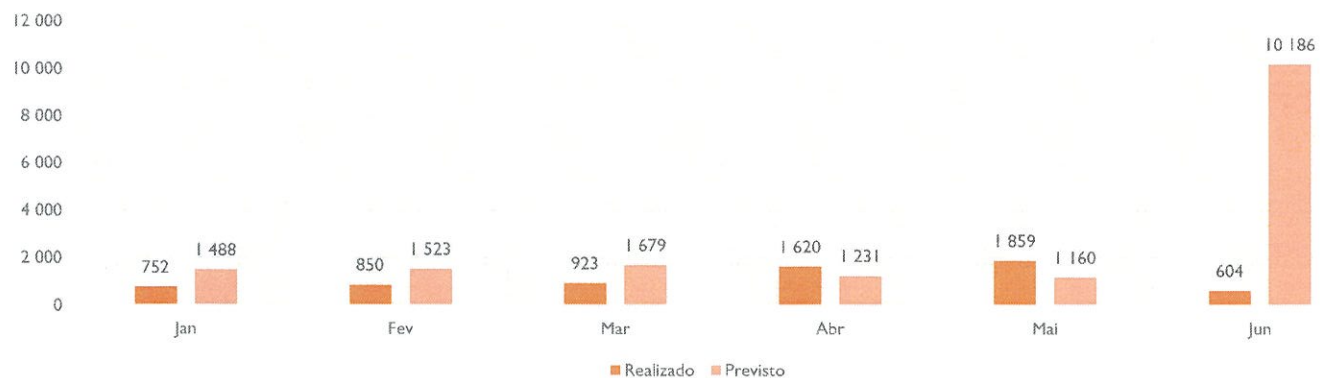
O caudal de água residual faturado foi de 91,1 milhões de m³. Este caudal é formado pelo caudal resultante dos rendimentos tarifários aplicados aos clientes municipais, que têm uma tarifa implícita, acrescido do caudal medido e faturado aos restantes clientes do sistema.

O sistema da Tejo Atlântico abrange, quase na totalidade, 23 Municípios, situados na Grande Lisboa e Oeste. Os volumes mais significativos situam-se na Grande Lisboa, que representa 88% do total de atividade, com destaque para Lisboa, Sintra, Cascais, Oeiras, Amadora, Loures e Odivelas.

4. INVESTIMENTOS

Investimento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	Orçam.
Investimento	mEur	2 525	4 084	-	-	6 609	3 170	17 267
Saneamento	mEur	2 511	4 079	-	-	6 590	3 162	16 258
Estrutura	mEur	14	5	-	-	19	8	1 009

Investimento mensal: realizado vs previsto
mEur



INVESTIMENTO

6,6 ME

A realização de investimento mantém-se reduzida face ao orçamentado, com um desvio de 62%. Esta situação denota o efeito do investimento avultado previsto para junho, essencialmente em equipamento básico, que não teve correspondência na execução efetiva.

A realização no semestre tem como investimentos mais significativos as obras de beneficiação da ETAR de Beirolas, remodelação da ETAR da Maceira, de remodelação dos intercetores de Camarate, Apelação e Unhos, de construção dos emissários gravíticos do Carvalhal, de reabilitação do emissário de Caparide e investimentos de reparação de infraestruturas, ETAR e EE.

O investimento conta ainda com uma capitalização de gastos do exercício no total de 0,55 milhões de euros.

Investimento específico para acompanhamento ¹	Início Real/Previsto ²	Conclusão Prevista ²	mEur	Execução Acumulada ¹				Execução Prevista ³ 2019	Execução do Ano (%)	Valor Total Previsto ³	
				Anterior	1º T	2º T	3º T				4º T
1 Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I	out/18	dez/20	mEur	360	19	634	-	-	2 375	27%	5 344
2 Fornec. montagem de tamisadores - Alcântara, Chelas e Beirolas	nov/18	out/19	mEur	0	0	909	-	-	808	113%	1 010
3 Construção dos emissários gravíticos - Carvalhal	nov/18	ago/19	mEur	104	221	483	-	-	725	67%	967
4 Emissários gravíticos e sistemas elevatórios - Ericeira Fase II	nov/18	ago/20	mEur	136	58	262	-	-	671	39%	1 118
5 Const.sist.elevatórios - Moledo, Feteira, Reguengo Pq., Pena Seca	abr/19	mai/20	mEur	6	0	92	-	-	656	14%	875

¹ Fichas individuais de acompanhamento da componente empreitadas, anexas ao presente relatório.

² Dados conforme PAO2019.

³ Inclui Empreitada, Estudos e Projetos, Fiscalização, Assessoria e Outros.

5. EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Plano de redução de custos (PRC)		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2019	Per.homól.	Orçam.
EBITDA	mEur	8 407	7 924	-	-	16 331	11 955 ▲	18 233 ▼
EBITDA Ajustado ¹	mEur	11 315	11 209	-	-	22 524	22 431 ▲	19 735 ▲
(1) Custo das Vendas/ Variação dos Inventários	mEur	717	619	-	-	1 336	1 132 ▲	1 375 ▼
(2) Fornecimentos e Serviços Externos	mEur	5 888	6 569	-	-	12 457	12 154 ▲	14 182 ▼
(3) Gastos com o pessoal s/ indemnizações	mEur	2 769	2 498	-	-	5 267	5 304 ▼	6 576 ▼
(4) Gastos Operacionais (GO) (1)+(2)+(3)	mEur	9 375	9 685	-	-	19 060	18 590 ▲	22 133 ▼
(5) Volume de Negócios (VN) ²	mEur	20 803	20 794	-	-	41 597	41 159 ▲	41 608 ▼
(6) Peso dos Gastos (GO)/(VN) = (4)/(5)	%	45%	47%	-	-	46%	45% ▲	53% ▼
(i) Gastos com deslocações e alojamento	mEur	20	28	-	-	48	49 ▼	42 ▲
(ii) Gastos com ajudas de custo (G. c/Pessoal)	mEur	1	4	-	-	5	3 ▲	3 ▲
(iii) Gastos com a frota automóvel	mEur	184	204	-	-	388	445 ▼	370 ▲
(6) Total = (i) + (ii) + (iii)	mEur	205	237	-	-	442	497 ▼	416 ▲
(7) Estudos, pareceres e projetos de consultoria	mEur	0	0	-	-	0	0 =	19 000 ▼
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	Unid.	369	374	-	-	374	364 ▲	384 ▼
N.º Órgãos Sociais (CA+CF)	Unid.	9	9	-	-	9	9 =	10 ▼
N.º Cargos de Direção	Unid.	6	6	-	-	6	6 =	6 =
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	Unid.	354	359	-	-	359	349 ▲	368 ▼
N.º Trabalhadores/ N.º CD	Unid.	59	60	-	-	60	58 ▲	61 ▼
Número de viaturas	Unid.	144	144	-	-	144	144 =	147 ▼

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

² Volume de negócios sem DRG e IFRIC12.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Nos termos do n.º7 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO2019), apresenta-se a evolução dos gastos operacionais face período homólogo e ao orçamento proposto para 2019 (PAO2019).

A análise do cumprimento dos resultados da execução do ano de 2019, poderá ser observada no capítulo do Cumprimento das Orientações Legais, constante do relatório e contas da empresa.

ANEXO

Fichas individuais de acompanhamento do investimento

Ficha 1 - Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I

Ficha 2 - Fornecimento e montagem de tamisadores para os subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas

Ficha 3 - Construção dos emissários gravíticos do subsistema do Carvalho

Ficha 4 - Emissários gravíticos e sistemas elevatórios do subsistema da Ericeira - Fase II

Ficha 5 - Construção dos sistemas elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2018

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

jun/19

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

nov/18

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

5 344

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

944

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

18%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

1

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

3

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

4

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Atualmente, em termos do desenvolvimentos dos trabalhos salienta-se o seguinte:

- Conclusão das fundações indiretas, execução da laje de fundo e início das paredes do órgão do tratamento físico-químico.
- Desvio de infraestruturas (fibra ótica).
- Escavação, entivação e execução das paredes da câmara e da caixa de chegada de caudal da EE18 de Sacavém.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do carácter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Não aplicável

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

-

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16")

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2018

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

jun/19

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

mai/19

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

1 010

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

909

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

90%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

7

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

-9

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

-2

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Atualmente foram instalados e estão a funcionar todos os equipamentos previstos na empreitada.

Foi efetuada formação às equipas da operação e da manutenção.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do carácter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral. Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Não Aplicável

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

-

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2018

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Emissários gravíticos do subsistema do Carvalhal

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

jun/19

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

out/18

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

967

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

544

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

56%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

0

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

3

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

3

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Atualmente foram já executados cerca de 2 Km de emissários, intercetores e condutas elevatórias.

Verificam-se alguns condicionamentos ao nível da disponibilização dos terrenos para a execução da totalidade das infraestruturas previstas, que se encontram em fase de resolução, faltando ainda disponibilizar uma parcela.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do carácter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Não Aplicável

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

-

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira- Fase II

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Foram executados 1.7 km de emissários e respetivas caixas de visita.

Relativamente aos emissários a construir, 1.2 km são em estrada nacional e a sua execução está condicionada na época balnear.

Estão pavimentados todas as valas em caminhos de acesso às praias.

Estão aprovados os equipamentos previstos na empreitada que se encontram, atualmente, em fase de encomenda.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do carácter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Não Aplicável

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16")

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

A consignação da empreitada foi realizada no dia 9 de abril de 2019.

Encontra-se executado 1Km da conduta elevatória de Reguengo Grande.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do carácter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Não Aplicável

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2019 DA
ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.

INTRODUÇÃO

1. O Conselho Fiscal da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (AdTA ou Entidade), apresenta o seu relatório de conclusões, referente à análise do Relatório de Execução Orçamental do segundo trimestre de 2019 (doravante designado por REO 2T 19), aprovado pelo Conselho de Administração em 25 de julho de 2019.
2. O REO 2T 19 em análise pelo Conselho Fiscal, apresenta os seguintes factos que condicionam as nossas conclusões:
 - O PAO de 2019, utilizado pelo Conselho de Administração, para a apresentação deste REO 2T 19, não foi aprovado pela Tutela, após notificação enviada em 25 de março de 2019. Neste seguimento, o Conselho de Administração em 19 de julho de 2019 aprovou uma nova versão do PAO de 2019, submetendo-a à apreciação do Conselho Fiscal e do ROC, que emitiram os pareceres para submissão à Tutela em 31 de julho de 2019 e em 02 de agosto de 2019, respetivamente, pelo que, como acima referido, esta versão ainda não se encontra incluída neste REO 2T 19;
 - O PAO de 2019 incorpora a previsão do investimento a realizar no prazo da concessão, isto é, cerca de 197,7 milhões de euros, o qual foi determinado com base em preços constantes de 2016 (tendo em conta o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira apresentado). Em consequência, o investimento previsto poderá estar desfasado com a realidade atual.
 - Em 30 de junho de 2019 (segundo trimestre de 2019) não existem demonstrações financeiras intercalares auditadas, pelo que o Conselho Fiscal não pode garantir / validar, com total fiabilidade, as asserções contidas nas rubricas da posição financeira e da demonstração dos resultados apresentadas, na parte da execução.



RESPONSABILIDADES

3. Nos termos do disposto no artigo 25.º, nº 2 e 3 e ao abrigo do artigo 44.º, nº 1, alínea i) do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial ("RJSEPE"), é da responsabilidade dos titulares dos órgãos de Administração das empresas públicas, a preparação dos REO trimestrais por forma a especificar e divulgar o nível de execução orçamental, incluindo o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as operações financeiras contratadas.
4. A nossa responsabilidade, no âmbito dos mesmos diplomas, é proceder à análise da informação financeira incluída no REO 2T 19 e emitir um relatório de conclusões. Para o efeito, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da AdTA ao longo do segundo trimestre de 2019, através (i) da leitura das atas das reuniões da Comissão Executiva, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, (ii) análise da informação facultada pelo controlo de gestão, (iii) do contacto e informação trocada com a Administração e seus Serviços e (iv) da análise do relatório de conclusões sobre o REO 2T 19, emitido pelo Revisor Oficial de Contas da AdTA

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

5. O REO 2T 19, apresenta os seguintes desvios entre os valores reais (a execução) e os orçamentados (previstos) para o mesmo período, na Demonstração da Posição Financeira ("Balço") e na Demonstração de Resultados:

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

<u>Em milhares</u>	<u>2º trimestre de 2019 (Acumulado)</u>				<u>Desvio absoluto</u>
	<u>Real</u>	<u>%</u>	<u>PAO 2019</u>	<u>%</u>	
Demonstração da Posição Financeira					
Ativo não corrente	531 815	83%	513 672	85%	(18 837)
Ativo corrente	106 311	17%	98 013	15%	8 298
Total do ativo	641 176	100%	651 715	100%	(10 539)
Capitais próprios	113 929	18%	114 671	18%	(742)
Passivo não corrente	499 851	78%	499 874	77%	(23)
Passivo corrente	27 396	4%	37 170	6%	(9 774)
Total do passivo	527 247	82%	537 044	82%	(9 797)
Total dos capitais próprios e passivo	641 176	100%	651 715	100%	(10 539)
Índice de liquidez corrente	1		1		0
Índice de autonomia financeira	18%		18%		(1) p.p.
Prazo médio de recebimentos	61		96		-35
Prazo médio de pagamentos	57		60		-3

H. Cruz

I. Comentários sobre as principais variações no "Ativo não corrente":

- a) Redução dos "Ativos Intangíveis" e dos "Ativos fixos tangíveis", face ao previsto, no montante de 5.6 milhões de euros e 742 mil euros, respetivamente: Este facto, resulta, nomeadamente, da variável "investimento", pois os montantes executados somente atingem 38% do investimento previsto (em milhões de euros):

Investimento	2º trimestre de 2019 (Acumulado)				Peso % do investimento real no PAO de 2019
	Real	%	PAO 2019	%	
Saneamento	6 590	100%	16 258	94%	-41%
Estrutura	19	0%	1 009	6%	-2%
Totals	6 609	100%	17 267	100%	-38%

- b) Redução na rubrica "Impostos diferidos ativos", face ao previsto, no montante de 2.9 milhões de euros: Resulta, nomeadamente, da redução da taxa da derrama municipal que passou de 1.5% para 0.56%, sendo que este facto não foi contemplado no PAO de 2019.
- c) Redução da rubrica "Desvio de recuperação de gastos", face ao previsto, no montante de 7.7 milhões de euros: A Entidade continua a recuperar o défice tarifário acumulado de anos anteriores, através do superavit registado no segundo trimestre de 2019 de 8.6 milhões de euros. Este facto é uma consequência da otimização dos gastos executados (nomeadamente, e por ordem de importância: Fornecimentos e serviços externos; gastos com pessoal e amortizações) e pela redução da remuneração acionista resultante da diminuição da taxa média de juro das obrigações do Tesouro (OT a 10 anos) e respetivo prémio.
- d) Redução da rubrica "Outros ativos não correntes", face ao previsto, no montante de 1.7 milhões de euros: Este facto resulta, nomeadamente, da antecipação do recebimento de dívidas a receber do Município da Nazaré, na sequência do recebimento, por parte deste acionista, do Fundo de Apoio Municipal. Esta antecipação não foi tida em conta no segundo trimestre do PAO de 2019.

II. Comentários sobre as principais variações no "Ativo corrente":

- a) Redução na rubrica "Clientes", face ao previsto, no montante de 1.8 milhões de euros: resulta essencialmente do facto referido na nota 1 d) acima (pois parte da dívida também estava considerada no ativo corrente) e da estimativa do prazo médio de recebimentos utilizado para efeito de orçamentação, isto é, cerca de 96 dias, quando o prazo médio de recebimento da execução se situou nos 61 dias.

h. M. plus

- b) Redução na rubrica "Apoios à Tesouraria da Adp SGPS" e aumento na rubrica "Caixa e seus equivalentes", face ao previsto, nos montantes de 9 milhões de euros e 19.5 milhões de euros, respetivamente: Em parte estas variações estão interligadas, pois na previsão efetuada estava considerado um "Stock" de empréstimos concedidos à Adp SGPS no montante de 55 milhões, enquanto na execução esse "stock" somente ascendeu a 46 milhões, sendo que este acontecimento, face ao previsto, originou uma variação favorável nas disponibilidades da Entidade. A restante variação favorável à Entidade encontra-se associada à redução acentuada no prazo médio de recebimentos (nota 2 a).
- c) Aumento da rubrica "Outros ativos correntes", face ao previsto, no montante de 1.9 milhões de euros, detalhados da seguinte forma:

Em milhões	2º trimestre de 2019 (Acumulado)		Desvio absoluto
	Real	PAO 2019	
Adiantamentos a fornecedores	111		111
Dívidas devedores	597		597
Acrescimos de rendimentos	78		78
Gastos a reconhecer	1 724	558	1 166
Total	2 509	558	1 951

III. Comentários sobre as principais variações nos "Capitais próprios":

- a) A redução dos capitais próprios, face ao previsto, no montante de 742 mil euros: Esta variação, maioritariamente, encontra-se associada ao resultado líquido do segundo trimestre, sendo praticamente explicada pela redução da taxa de juro das OT a 10 anos efetiva (1.23%) face à taxa de juro orçamentada (2.20%).

IV. Comentários sobre as principais variações no "Passivo"

- a) Redução da rubrica "Empréstimos obtidos" de exigibilidade corrente e não corrente, face ao previsto, no montante global de 861 mil euros: Podemos assim concluir que o endividamento executado pela Entidade, junto do BEI, considerando o efeito do "custo amortizado", encontra-se em linha com o previsto. No segundo trimestre, a Entidade amortizou 3.4 milhões de euros de dívida ao BEI.
- b) Redução da rubrica "Impostos diferidos passivos", face ao previsto, no montante de 4 milhões de euros: Além de considerar o efeito referido na nota 1 b) acima, esta redução resulta da variação, face ao orçamento, do desvio de recuperação de gastos.

Handwritten signature/initials

- c) Aumento da rubrica "Amortizações de investimento futuro", face ao previsto, no montante de 5 milhões euros: Este facto resulta do investimento firme por realizar ser superior ao previsto, devido aos atrasos refletidos na execução (nota 1 a).
- d) Redução da rubrica "Fornecedores", face ao previsto, no montante de 9.7 milhões de euros: Esta redução encontra-se associada ao nível do investimento previsto, pois em maio/junho de 2019 foi orçamentado, face ao real, um elevado investimento, facto que não veio a concretizar na execução.
- d) Redução da rubrica "Outros passivos correntes", face ao previsto, no montante de 1.6 milhões de euros: Detalhadamente podemos apresentar esta variação da seguinte forma:

Em milhões	2º trimestre de 2019 (Acumulado)		Desvio absoluto
	Real	PAO 2019	
Descrição			
Acréscimos com férias e subsídio de férias	1 362	1 481	(119)
Outros acréscimos e diferimentos	2 057	1 956	101
Componente tarifária acessada	1 176		1 176
Causas a fornecedores e outras	465	403	62
Outros	1 423	4 328	(2 906)
Total	6 482	8 168	(1 686)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em milhões	2º trimestre de 2019 (Acumulado)		Desvio absoluto
	Real	PAO 2019	
Demonstração dos resultados			
Vendas	14		14
Prestação de serviços (saneamento)	41 583	41 608	(25)
Serviços de construção (IFRC. 12) - réstio	7 148	16 443	(9 295)
Défica / (Superavit) tarifário	(8 568)	(3 863)	(4 705)
Volume de negócios	40 177	54 188	(14 011)
Custo das vendas / variação de inventário	(1 336)	(1 375)	39
Fornecimento e serviços externos	(12 457)	(14 182)	1 725
Serviços de construção (IFRIC 12) - gasto	(7 148)	(15 955)	8 807
Gastos com pessoal	(5 267)	(6 576)	1 309
Amortizações	(9 893)	(10 196)	303
Outros gastos e perdas operacionais	(395)	(346)	(49)
Subsídios	2 374	2 361	13
Outros rendimentos e ganhos operacionais	383	118	265
Total dos gastos operacionais (GO) sem IFRIC. 12	(29 348)	(32 675)	3 327
Resultados operacionais	6 438	8 037	(1 599)
Resultados financeiros	(3 537)	(3 654)	117
Impostos	(598)	(1 437)	839
Resultado líquido do período	2 303	2 946	(643)
Volume de negócios	41 597	41 608	(11)
PRC = (Custo das vendas + FSE + Gastos com pessoal)/Volume de negócios corrigido	46%	53%	(7) p.p.
EBITDA = RO + DRG + AMORT - SUBS	22 525	19 735	2 790
EBITDA/Volume de negócios	54%	47%	7 p.p.

Da análise efetuada pelo Conselho fiscal às principais variações identificadas na demonstração dos resultados, salientamos os seguintes factos:

- a) As prestações de serviços encontram em linha com o orçamento
- b) Os serviços de construção civil (IFRIC 12) registam uma redução, face ao previsto, de 9.2 milhões de euros, em virtude do referido na nota I a) acima.
- c) O superavit tarifário do período regista uma variação favorável à Entidade de 4.7 milhões de euros a qual se encontra explicada na nota I c) acima
- d) Os "Fornecimentos e serviços externos" face ao orçamento, apresentam um desvio favorável de 1.7 milhões de euros. As rubricas que mais contribuíram para este facto, foram os seguintes:

<i>Em milhões</i> Descrição	2º trimestre de 2019 (Acumulado)		Desvio absoluto
	Real	PAO 2019	
Serviços especializados - Tratamento de efluentes	2 812	2 598	214
Energia e fluidos	4 494	5 019	(555)
Rendas	323	319	4
Conservação e reparação	2 248	2 594	(346)
Serviços especializados - Diversos	1 297	2 029	(732)
Diversos	1 283	1 593	(310)
Total do ativo	12 457	14 182	(1 724)

- e) Os gastos com pessoal, face ao orçamento, diminuem 1.3 milhões euros, nomeadamente, devido ao número de colaboradores em orçamento ter sido superior ao executado. Os gastos executados encontram-se liquidados de uma capitalização em ativos intangíveis no montante de 548 mil euros (orçamento: 488 mil euros):

<i>Em milhões</i> Descrição	2º trimestre de 2019 (Acumulado)		Desvio absoluto
	Real	PAO 2019	
Gastos com pessoal	5 816	7 064	(1 248)
Gastos com pessoal capitalizados	(548)	(488)	(61)
Gastos com pessoal na DR	5 267	6 576	(1 309)

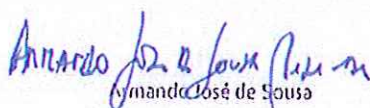
- f) A redução do resultado líquido (em 196 mil euros), face ao previsto, deve-se ao facto referido na nota III a) acima;

- g) Plano de Redução de Custos (PRC): O indicador real face ao previsto, tem um desempenho favorável em 7 pontos percentuais;
- h) EBITDA: Os indicadores que envolvem o EBITDA, acima apresentados, configuram uma eficiência de rentabilidade na execução face aos indicadores previstos

CONCLUSÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2019

6. Com exceção do referido no parágrafo 2 acima e dos factos mencionados nos parágrafos 6.1 e 6.2 abaixo, e considerando as análises, apresentadas pelo Conselho de Administração, relativamente aos desvios identificados, nada de significativo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, a informação financeira da AdTA, referente ao segundo trimestre de 2019, findo em 30 de junho, não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com a execução orçamental que lhe serve de suporte naquela data;
- 6.1 Informamos que os Impactos da IFRS 16 Locações, ainda não se encontram registados no REO 2T 2019, quer na parte orçamental quer na parte da execução. Refira-se que a 1 de janeiro de 2019, os incrementos no ativo e passivo não seriam superiores a 1 milhão de euros, respetivamente.
- 6.2 Encontra-se em curso o contraditório entre a Entidade e a ERSAR, relativo à aprovação do desvio tarifário registado no ano de 2018, no qual, foi identificado uma divergência nos gastos com pessoal de 119 mil euros. Apesar da continuação do contraditório, a Entidade optou pela sua correção neste trimestre.

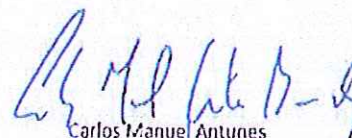
Lisboa, 28 de setembro de 2019


Armando José de Sousa

Resende
(Presidente)


Catarina Alexandra Carvalho

Fins
(Vogal)


Carlos Manuel Antunes

Bernardes
(Vogal)



Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Memorando de Acompanhamento relativo ao segundo trimestre de 2019

Exmos. Senhores,

Introdução

1 Para efeitos do disposto no Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, procedemos à análise da informação financeira, incluída em Anexo, preparada pelo Conselho de Administração das Águas do Tejo Atlântico, S.A (adiante designada por (Entidade), relativa ao segundo trimestre de 2019, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório de Execução Orçamental – 2º Trimestre 2019”, que inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental, (ii) a análise financeira comparativa e (iii) a análise do plano de investimentos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Entidade ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento trimestral, com vista à identificação de eventuais situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

4 Para a elaboração do presente Memorando de Acompanhamento, efetuámos os seguintes procedimentos:

a) Acompanhamento da atividade da Entidade através de:

- Participação em reuniões efetuadas com os responsáveis da Entidade e leitura das atas, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos que foram considerados necessários;
- Consultados os balancetes e restante informação financeira relativos ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019;
- Obtenção de informação do grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

b) Observação do cumprimento das determinações legais aplicáveis, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, no que se refere aos seguintes aspetos:

- Deveres de informação previstos no n.º2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 84/2019;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- Plano de contratação de trabalhadores previsto no artigo 157º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
 - Plano de redução de gastos operacionais conforme previsto no artigo 158º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
 - Limite de endividamento das empresas do setor empresarial do Estado no artigo 159º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
 - Princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 141º da Lei n.º 71/2018;
 - Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com o Despacho n.º 9870/2009; e
 - Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- c) Observação do cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos, e a análise da situação contributiva da Entidade e das comunicações e inspeções fiscais.

5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Entidade do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Entidade no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto na alínea i) do n.º 1 do Artigo 44.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

Principais aspetos e conclusões

6 Neste contexto, e com o objetivo de proporcionar informação sobre os procedimentos realizados, resumimos, de seguida, os principais aspetos e considerações decorrentes da análise à execução do orçamento e informação financeira da Entidade do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, que entendemos dever realçar neste Memorando de Acompanhamento:

6.1 A demonstração da posição financeira e a demonstração dos resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e ao período homólogo encontram-se detalhadas no documento em anexo (capítulos 1 e 2), preparado pelo Conselho de Administração da Entidade, denominado por “Relatório de Execução Orçamental – 2º Trimestre 2019”.

6.2 O montante relativo ao volume de negócios, no total de 40.177 milhares de euros a 30 de junho de 2019, apresenta um aumento de 28% comparativamente com o montante registado em período homólogo (31.456 milhares de euros), e uma diminuição face ao montante orçamentado para aquela data de aproximadamente 26%. Esta variação prende-se essencialmente com o rédito associado à IFRIC 12, cujo montante orçamentado previa um investimento realizado superior ao que efetivamente ocorreu.

6.3 Os gastos operacionais, que totalizam 29.347 milhares de euros (excluindo o impacto dos serviços de construção – IFRIC 12) a 30 de junho de 2019, apresentam um aumento de 2% comparativamente aos montantes registados em período homólogo (28.835 milhares de euros), e uma redução face ao montante orçamentado para o semestre de cerca de 10% (32.675 milhares de euros), devendo-se essencialmente ao seguinte aspeto:

- a) Os gastos com pessoal, que totalizam 5.267 milhares de euros a 30 de junho de 2019, apresentam uma diminuição de cerca de 1% comparativamente aos montantes registados

em período homólogo, bem como uma diminuição face ao orçamentado de 20%. Para esta variação contribuiu o facto de se contratarem menos trabalhadores do que o previsto.

6.4 Relativamente à Demonstração da posição financeira, constata-se que as principais variações a relevar, foram essencialmente:

- a) O saldo de ativos intangíveis a 30 de junho de 2019 totaliza um saldo de 454.965 milhares de euros, apresentando uma diminuição face ao orçamentado de 5.643 milhares de euros. Esta variação é justificada pelo facto de a execução ter sido inferior ao previsto;
- b) O saldo da rubrica de Desvio de Recuperação de Gastos apresenta um saldo a 30 de junho de 2019 de 18.310 milhares de euros, sendo inferior ao orçamentado em cerca de 7.773 milhares de euros, devido à Entidade ter registado um superávit tarifário superior ao previsto;
- c) O saldo de disponibilidades apresenta, à data de 30 de junho de 2019, uma diminuição face ao montante em orçamento de 19.508 milhares de euros. Esta variação está relacionada com a atividade operacional da empresa;
- d) O saldo de outros ativos correntes, à data de 30 de junho de 2019, apresenta um saldo de 49.278 milhares de euros, sendo inferior em 22% face ao período homólogo e em 16% face ao orçamentado. Esta rubrica é constituída maioritariamente por ativos formados pela linha de crédito concedida à empresa-mãe, em que as variações decorrem dos aumentos e diminuições das utilizações efetuadas;
- e) O saldo da rubrica de Acréscimos de gastos de investimentos contratuais à data de 30 de junho de 2019 é de 127.269 milhares de euros, sendo 4% superior ao orçamentado (122.221 milhares de euros). A principal razão para esta variação é o crescimento gerado pelo aumento de investimento previsto e ainda não concretizado e consequente aumento da taxa de depleção.
- f) O saldo da rubrica de outros passivos correntes à data de 30 de junho de 2019 é de 17.978 milhares de euros, sendo inferior face ao período homólogo em cerca de 2% (18.363 milhares de euros) e inferior face ao orçamentado em aproximadamente 38% (28.917 milhares de euros). A variação significativa entre o real e o orçamentado é influenciada pelos fornecedores. Os valores de investimento orçamentados, e que não se verificaram em maio e junho estão na origem da diminuição do saldo.

6.5 Os valores apresentados na coluna de orçamento no Relatório de Execução Trimestral (RET) respeitam ao Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2019, aprovado pelo Conselho de Administração no dia 31 de outubro de 2018, o qual não obteve concordância por se encontrar desajustado à realidade da Entidade. A Entidade apresentou um novo PAO para o exercício de 2019, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração a 25 de julho de 2019.

6.6 Como se prevê no n.º2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 84/2019, a Entidade deverá apresentar as dívidas a fornecedores no site da internet, caso o Prazo médio de pagamentos seja superior a 60 dias, no entanto, a Entidade apresenta um PMP inferior. No âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, a Entidade

deveria apresentar um PMP inferior a 85% dos 57 dias (média dos últimos três trimestres de 2018 e do 1º trimestre de 2019), ou seja, deveria apresentar um PMP inferior a 49 dias, o que não se verificou.

6.7 Relativamente ao Plano de contratação de trabalhadores previsto no artigo 157º do Decreto-Lei n.º 84/2019, foi executado processo de recrutamento ao abrigo do Despacho Conjunto SET e SEAMB n.º 3077.

6.8 No que respeita ao plano de redução de gastos operacionais e ao limite de endividamento conforme previsto nos artigos 158º e 159º do Decreto-Lei n.º 84/2019, a Entidade encontra-se a cumprir a diminuição do rácio de gastos operacionais sobre o volume de negócios e o limite de endividamento.

6.9 A Entidade encontra-se ainda em cumprimento no que diz respeito ao princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 141º da Lei n.º 71/2018. Adicionalmente, e de forma complementar à informação divulgada no Relatório de Governo Societário do exercício de 2018, indagámos junto dos responsáveis que a Entidade se encontra a cumprir no exercício de 2019 com os Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013.

6.10 Observámos o cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos. Adicionalmente garantimos que a situação contributiva da Entidade estava regularizada e que não existiram comunicações e inspeções fiscais durante o período.

6.11 O orçamento e a execução não contemplam os impactos da adoção pela primeira vez, em 2019, da Norma Internacional de Contabilidade n.º 16 (Locações).

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais. Entretanto, agradecemos à Entidade a amabilidade com que foram recebidos os nossos colaboradores durante a realização do nosso trabalho, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

27 de setembro de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.